"L.B.A. ENTRA NA SELVA": REPRESENTAÇÕES ACERCA DA INFÂNCIA E MATERNIDADE ENTRE POVOS INDÍGENAS NA ATUAÇÃO DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (1946 – 1964).

"L.B.A. ENTERS THE JUNGLE": REPRESENTATIONS OF CHILDHOOD AND MOTHERHOOD AMONG INDIGENOUS PEOPLES IN THE ACTIVITIES OF THE BRAZILIAN LEGION OF ASSISTANCE (1946–1964)

Bruno Sanches Mariante da Silva[1]
Rayane Maria de Souza Cavalcante[2]

RESUMO

Este artigo analisa as representações das infâncias e maternidade indígenas nas ações da Legião Brasileira de Assistência entre 1946 e 1964, a partir da leitura crítica de 79 edições do *Boletim da L.B.A.*, publicação oficial da entidade. Criada em 1942 com objetivos inicialmente voltados ao apoio de soldados e suas famílias, a LBA passou, no pós-guerra, a priorizar a assistência à maternidade e à infância, especialmente entre as camadas populares. Embora centrada nas áreas urbanas, a instituição também atuou, ainda que pontualmente, junto a povos indígenas, promovendo ações fortemente marcadas por estereótipos, paternalismo e ideais civilizatórios. As campanhas e representações do *Boletim* revelam o esforço da instituição em integrar as infâncias indígenas ao projeto nacional desenvolvimentista, reforçando a tutela e apagando as identidades culturais desses povos. O estudo dialoga com os campos da história das infâncias, da assistência social e das políticas indigenistas, evidenciando como o discurso do cuidado serviu como instrumento de controle social e apagamento de saberes e práticas indígenas. Ao examinar essas representações, o trabalho contribui para desnaturalizar concepções universais de infância e maternidade, reafirmando a importância de se valorizar a pluralidade de formas de existir e educar no território brasileiro.

Palavras-chave: História das infâncias; Legião Brasileira de Assistência; Políticas indigenistas; Representações sociais.

---

1 Doutor e mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) em 2018. Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 2008. É professor adjunto da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina. Desenvolve pesquisas nas áreas de memória social, história das mulheres e relações de gênero, com estudos sobre etnicidade, patrimônio cultural, história da saúde, políticas de maternidade e infância, história da assistência social no Brasil, primeiro-damismo e trajetórias biográficas. É associado à seção Pernambuco da Associação Nacional de História (ANPUH) e coordenador do GT estadual de História das Infâncias.

2 Bacharela em Direito pela Faculdade de Petrolina (FACAPE) e licenciada em História pela Universidade de Pernambuco (UPE). Advogada.

ABSTRACT

This article analyzes representations of Indigenous childhood and motherhood in the actions of the Brazilian Legion of Assistance (LBA) between 1946 and 1964, based on a critical reading of 79 editions of the Boletim da L.B.A., the institution's official publication. Founded in 1942 with the initial goal of supporting soldiers and their families, the LBA shifted its focus in the postwar period to prioritize maternity and childhood assistance, particularly among the popular classes. Although primarily focused on urban areas, the institution also operated—albeit sporadically—among Indigenous peoples, promoting initiatives marked by stereotypes, paternalism, and civilizing ideals. The campaigns and portrayals in the Boletim reveal the institution's efforts to integrate Indigenous children into the national developmentalist project, reinforcing a tutelary approach and erasing their cultural identities. The study engages with the fields of childhood history, social assistance, and Indigenous policy, showing how the discourse of care functioned as a tool of social control and erasure of Indigenous knowledge and practices. By examining these representations, the work contributes to denaturalizing universal conceptions of childhood and motherhood, reaffirming the importance of valuing diverse ways of existing and educating across the Brazilian territory.

Keywords: *History of childhood; Brazilian Legion of Assistance; Indigenous policies; Social representations.*

INTRODUÇÃO

> Vê-se, assim, que êste edificante movimento de solidariedade humana, que está sendo a "Semana da Criança", também se extende às florestas brasileiras, ao nosso indiozinho ainda jogado às trevas da ignorância e do paganismo. Não nos esqueçamos dêle nestes dias de tão efusivas alegrias, de tantas demonstrações de afeto e carinho pela criança patrícia (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 71, outubro de 1951, p. 8).

A epígrafe acima, extraída de uma publicação oficial da Legião Brasileira de Assistência, revela, de forma contundente, a confluência entre o discurso civilizatório e a política assistencial promovida pelo Estado brasileiro, em meados do século XX, destinada às populações indígenas. Ao se referir à infância indígena como "indiozinho ainda jogado às trevas da ignorância e do paganismo", o texto evidencia não apenas o olhar paternalista da L.B.A., mas também o lugar atribuído aos povos indígenas nas estratégias de intervenção estatal: sujeitos de tutela, a serem resgatados por meio da assistência e integrados ao ideal de nação.

Este artigo se propõe a investigar como a LBA, no período entre 1946 e 1964, representou e atuou junto às infâncias e maternidades indígenas, particularmente no contexto das campanhas e ações assistenciais voltadas à proteção da criança. Ao adentrar o campo da história das infâncias, com

ênfase nas políticas públicas de assistência, busca-se compreender os sentidos e efeitos da presença estatal em territórios indígenas, bem como os modos pelos quais a infância indígena foi representada e instrumentalizada nos discursos institucionais da época.

A análise insere-se nos debates mais amplos da história das infâncias, campo que, nas últimas décadas, tem contribuído significativamente para desnaturalizar categorias como "criança", "menor" e "infância", evidenciando seus usos políticos, culturais e morais em diferentes contextos históricos (Braga, 2016). No caso brasileiro, a articulação entre infância, maternidade e assistência revela um espaço privilegiado para compreender como o Estado estruturou políticas de integração, disciplinamento e nacionalização dos sujeitos indígenas — muitas vezes sob o manto do cuidado e da solidariedade.

Ao iluminar esse aspecto ainda pouco explorado da atuação da LBA, o artigo pretende contribuir com os estudos sobre as formas históricas de controle e representação dos povos indígenas no Brasil, sobretudo no que tange às dimensões de gênero, infância e assistência social. Trata-se, portanto, de compreender como o aparato estatal, sob a fachada humanitária, também foi instrumento de apagamento cultural e imposição de modelos normativos de maternidade e infância.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi fundada em 28 de agosto de 1942 por Darcy Vargas, com o objetivo inicial de apoiar os soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e suas famílias. No pós-guerra, consolidou-se como a maior instituição de assistência social do país, redirecionando seu foco para a infância e maternidade das camadas populares. Com forte respaldo governamental e alinhada a ideais modernizadores, a LBA articulava discursos de nacionalismo, maternidade cívica e integração social, em consonância com os projetos estatais da época.

Sua atuação foi amplamente divulgada pelo *Boletim da L.B.A.*, publicado entre 1945 e 1964, que se tornou um veículo estratégico para promover campanhas e difundir representações de infância, maternidade e nacionalidade. Inicialmente voltado aos pracinhas, o periódico passou, no pós-guerra, a enfatizar as ações voltadas às mães e crianças brasileiras, destacando o protagonismo das mulheres legionárias nas campanhas assistenciais. Embora centrada nas populações urbanas, a assistência também alcançou, de forma pontual e marcada por estereótipos, os povos indígenas.

Este artigo analisa 79 edições do *Boletim*, entre 1946 e 1964, período que vai da redemocratização até o golpe de 1964. As edições do *Boletim* que abordam os povos indígenas os representavam como carentes, selvagens e não civilizados, reforçando discursos integracionistas e civilizatórios, tam-

bém sustentados pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Com o fim da Segunda Guerra, a LBA reformulou sua atuação: a partir de 1946, com novos estatutos, passou a se dedicar exclusivamente à assistência à infância e à maternidade, abandonando a assistência direta aos combatentes. Essas transformações refletiram tanto o novo contexto político do pós-Estado Novo quanto a substituição de Darcy Vargas na presidência da instituição. Em 1946, a Assembleia Nacional promulgou a nova Constituição, revogando a Constituição de 1937 (conhecida como polaca) e atribuindo ao Estado brasileiro, pela primeira vez, a responsabilidade pela proteção à infância e à maternidade (Silva, 2018). A Constituição de 1946 assegurava a assistência à maternidade e à infância (art. 164), mas tratava os indígenas como "silvícolas", dentro de um projeto de integração nacional.

"Nacionalismo, autoritarismo, democracia, desenvolvimentismo, industrialização, urbanização, transição demográfica, são algumas das palavras-chaves que assinalam os projetos e processos que marcaram" o período republicano de 1930 a 1964 (Gomes, 2013, p. 37). Em que pese a LBA não fosse uma entidade política – segundo matéria publicada na edição n.º 19 do *Boletim* em resposta às críticas feitas pelos jornais de oposição ao Governo – ela servia, também, de instrumento de divulgação das atividades do Executivo Federal, trazendo exaltação à pátria e à nação brasileira, conforme visto sobretudo nas páginas das edições do *Boletim* de 1945.

Maternidade, infância e modernidade, durante o período desenvolvimentista, não podiam estar separadas, uma vez que para se desenvolver, o país precisava ter uma população forte, em que os cuidados com a saúde deveriam ser feitos desde os primeiros anos de vida. Para modernizar o país, era necessário investir em transportes e em meios de comunicação, mas também em melhor saúde e educação; era preciso "conquistar o seu território e organizar o seu povo" (Gomes 2013, p. 43). Para isso, a LBA tinha que funcionar em todas as unidades da Federação, promovendo transformações do litoral ao interior do país, e encarando "o problema da Maternidade e Infância sem qualquer sentido regional e sem preferências de qualquer natureza" (*Boletim da L.B.A.*, 1947, edição n.º 22, janeiro de 1947, p. 13).

Com o objetivo de diminuir as altas taxas de mortalidade infantil e de natimortalidade, a LBA, por meio da Comissão Central, das Comissões Estaduais, Territoriais e Municipais, criou um plano de educação sanitária, por isso a organização e execução de centenas de Cursos Populares de Puericultura em todo o território nacional, tendo como público-alvo principalmente as mães, para serem orientadas a como criarem filhos fortes e sadios (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 63, janeiro de 1951, p. 1-3), pois com a educação se venceria a ignorância.

1 AS POLÍTICAS INDIGENISTAS BRASILEIRAS: INTEGRAÇÃO E PROCESSO?

> Debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios "bravos", "desinfestando" os sertões – solução em geral propícia aos colonos – ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política – solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão-de-obra. Ou seja, nos termos da época, se se deve usar de brandura ou de violência (Cunha, 1992, p. 134).

Ao longo da história do território que hoje corresponde ao Brasil, as ações e políticas voltadas aos povos indígenas foram legitimadas ora pelas "leis divinas" ora pelas "leis dos homens". Nesse tópico, serão trazidas algumas das principais legislações que trataram sobre a questão indígena no Brasil, sobretudo do século XX e que vigoraram durante o recorte temporal aqui proposto, além das políticas e obras governamentais que impactaram os povos indígenas durante o período chamado desenvolvimentista do país, e de como a imagem desses povos estavam presentes no imaginário brasileiro.

Nos primeiros anos do século XX e do Brasil República, um novo órgão foi criado e ficou responsável por tutelar os povos indígenas – tendo herdado as políticas indigenistas do Império –, que foi o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), como parte do Ministério do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), criado pelo Decreto n.º 8.072, de 20 de junho de 1910 – período de expansão para os sertões, para exploração territorial e fixação populacional (Nötzold e Bringmann, 2013, p. 149). A partir da criação desse órgão – sob a ideologia positivista, que acredita que as sociedades estão em um progresso linear –, as populações indígenas contactadas pelas expedições oficiais receberiam assistência, seriam pacificadas e equipadas para que se tornassem úteis e fossem incorporadas à categoria de trabalhadores nacionais, ante a ideia de que "índio" era um ser em estado transitório/mutável (Nötzold e Bringmann, 2013, p. 148). Assim, "uma vez expostos à "civilização", a ela adeririam pelo puro efeito mimético e pelas vantagens evidentes que havia em ser "civilizado" (Lima, 2015, p. 434).

Em que pese "proteção" faça parte do nome do órgão, a proteção oferecida pelo SPI aos indígenas estava ligada aos "interesses da sociedade nacional", mediante a integração e vinculação deles através de "estratégias de atração e confinamento em locais específicos". A partir das décadas de

1940 e 1950, com o avanço da industrialização e da modernização agropecuária no Brasil, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) passou a implementar estratégias voltadas ao aproveitamento econômico das terras indígenas. Buscou-se integrar os indígenas à economia nacional por meio de atividades agrícolas, pecuárias, extrativas e industriais. Nos Postos Indígenas, desenvolveram-se projetos para transformá-los em pequenos produtores rurais autossustentáveis, com foco não apenas no consumo próprio, mas na produção de excedentes voltados à comercialização (Nötzold e Bringmann, 2013). A partir disso, tem-se que a proteção não era no sentido de defesa dos direitos dos indígenas aos seus territórios ou da manutenção de suas culturas e formas de sociedade.

Em 1º de janeiro de 1916, Venceslau Brás sancionou o Código Civil[3], que estabeleceu, em seu artigo 6º, inciso IV, a incapacidade civil relativa dos silvícolas (sinônimo de "índio", como esclarecido no futuro Estatuto do Índio, de 1973) e no parágrafo único o regime de tutela até serem civilizados.

> Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer:
> IV. Os silvícolas.
> Parágrafo único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará á medida que se forem adaptando á civilização do paiz.

A Constituição de 1946 trouxe de volta, em seu no artigo 5º, o previsto na Carta de 1934, isto é, a previsão de que competia à União a "incorporação dos silvícolas à comunhão nacional" e no artigo 216 que "Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem". Em que pese tenha sido um governo democrático e sob uma carta constitucional promulgada, deu continuidade, assim como os seus sucessores, à política de integração forçada dos povos indígenas, baseada na assimilação cultural e na tutela jurídica e administrativa exercida pelo SPI.

A década de 1950 foi de grandes transformações, ante os esforços governamentais de organização e modernização do país. Com o objetivo de mudar sua imagem de nação colonizada, agrária e atrasada, o Brasil deu continuidade aos projetos desenvolvimentistas voltados à urbanização, à industrialização e aos processos de transição. Assim, intensificou-se o processo de industrialização durante os governos Dutra (1946-1951) e o segundo

3 O Código Civil de 1916 esteve em vigência até janeiro de 2003, ante o início da vigência do novo Código Civil, instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

governo Vargas (1951-1954), passando, posteriormente, a atrair investimentos estrangeiros, principalmente para o setor industrial, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Kubitschek usou como estratégica a interiorização das atividades econômicas, "na conquista do Brasil ainda mal desbravado" (Abreu, 2013, p. 213). Entre as principais obras, destacam-se a construção de Brasília e da Rodovia Belém-Brasília, ambas partes do projeto de integração e modernização nacional.

> Quando sobrevoava a Amazônia, figurava na mente a linha reta que vincularia Brasília a Belém. Seria uma linha rasgada na floresta e estendida sobre rios caudalosos, que levaria a civilização a regiões só palmilhadas por índios. Havia chegado a hora de se transformar a obsessão em realidade. Ia surgir a Belém-Brasília (Kubitschek, 2020, p. 170-171).

Mais de dois mil quilômetros – dos quais seiscentos eram de floresta amazônica – separavam Belém, capital do estado do Pará, de Brasília: o norte e a futura capital do país, que se estendia por regiões até então jamais exploradas pelo homem "civilizado". A abertura da estrada desafiou a floresta amazônica e ocasionou conflitos entre brancos e indígenas, fazendeiros e arrendatários (Gomes, 2013, p. 85).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, as missões religiosas – predominantemente católicas – mantinham-se ativas em regiões do Brasil como a Amazônia e o Centro-Oeste, mesmo durante a vigência do Serviço de Proteção aos Índios. A atuação das missões voltava-se à assistência, evangelização, educação e profissionalização dos povos indígenas, sendo muitas vezes conhecida e apoiada pelo Estado, especialmente nas áreas onde sua presença era limitada ou inexistente. Com a construção de Brasília e da Rodovia Belém-Brasília, o progresso e a "civilização" chegariam às regiões que os governos consideravam como sendo apenas selva e "barbárie". Estabeleceu-se, portanto, nesse contexto desenvolvimentista, uma simbólica oposição entre natureza e progresso.

O progresso estava sendo levado das grandes cidades para o interior, da "civilização" para a selva, e os seus efeitos seriam vistos e sentidos por todos: da árvore que estava no meio do que seria uma estrada aos territórios indígenas cruzados.

Seguindo a ideia governamental de interiorização do país, a LBA publicou matéria sobre a palestra do professor Mauricio de Medeiros, então Mi-

nistro da Saúde[4], e atribuiu o título "Uma viagem ao centro do país" (*Boletim* n.º 82, abril, maio e junho de 1956, p. 13), em que tratou da sua inspeção aos serviços oferecidos pela I Unidade Sanitária Aérea, no estado de Goiás, bem como da sua ida a um posto, em Mato Grosso, do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 82, abril, maio e junho de 1956, p. 14):

> Fui ao Capitão Vasconcelos, um posto de Serviço de Proteção aos Índios, que se acha bem profundamente no Estado de Mato Grosso, porque aí é que tinham chegado nessa manhã os bravos companheiros que formam a equipe dessa I Unidade Sanitária Aérea. Ao chegar, cêrca de 10,30 horas da manhã, a minha impressão foi de uma profunda emoção, vendo como aqueles rapazes, habituados ao confôrto das grandes cidades cheias de civilização, de que nós desfrutamos, ali se encontravam no interior do Brasil, privados de todo e qualquer conforto, mas trabalhando ativamente em prol da saúde do brasileiro e com a dedicação e devotamento realmente exemplares. Apercebi, ao longe, distante, sob uma pequena barraca, o dentista, metido em seu avental branco, fazendo extrações dentárias da bôca do caboclo, do indígena, sorridente, apenas um pouco ansioso por aquilo que se ia passar: não saia nenhum protesto, nenhum gemido de dor. Extraído o dente, o indígena cuspia o seu sangue, levantava-se e continuava pacífico e dócil, sem nenhuma espécie de protesto ou gemido (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 82, abril, maio e junho de 1956, p. 14).

Na narrativa do ministro Medeiros nota-se a representação do indígena como sereno, ansioso pelo contato com o branco e para usufruir dos "benefícios da civilização". Vamos prosseguir em análise dessas representações dos povos indígenas nas páginas do *Boletim da L.B.A.*

2 OS POVOS INDÍGENAS NOS BOLETINS DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

O *Boletim da L.B.A.*, como já destacado, foi um periódico de informação técnico-assistencial responsável por divulgar atos administrativos, ações de assistência à maternidade e à infância promovido pela instituição legionária, além de notícias, estudos, debates e pesquisas relacionadas às áreas por ela assistidas. Os textos publicados "oscilavam entre uma linguagem médico-acadêmica e uma escrita mais simples e mais acessível" (Silva,

4 Em 1953 foi concluído o Ministério da Saúde, pois desde 1930 que saúde e educação integravam um só – o Ministério da Educação e Saúde Pública (Escorel; Teixeira, 2012, p. 301-307).

2018, p. 193). Assim como as ações e políticas do Governo Federal voltaram-se para o desenvolvimento do país e de sua população, a atuação da LBA seguiu o mesmo propósito, por meio de políticas também educativas de saúde e higienização, entendidas como pilares da modernidade. O objetivo central seria enfrentar os elevados índices de mortalidade materno-infantil, o abandono e a criminalidade infantil, em um contexto marcado por endemias e desigualdades socioespaciais que afetavam as populações urbanas e rurais.

Entre 1946 e 1964, período aqui estudado, constava entre os principais objetivos da LBA o combate à ignorância, considerada um dos maiores males que assolavam o país e uma das principais causas de elevados índices mortalidade materno-infantil. Para essa grande cruzada, não bastava assistência médica: era necessário, também, a educação da população, especialmente das mães brasileiras, vistas como responsáveis pela "missão" de garantia da saúde e higiene das crianças que, futuramente, seriam homens fortes, a "Pátria de amanhã" (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 84, outubro, novembro, dezembro de 1956, p. 54).

Com esse propósito, se justificou a adoção das "modernas" normas de puericultura – área da medicina introduzida no Brasil nos anos finais do século XIX (Silva, 2018, 190) –, bem como a realização de palestras e cursos populares em tal área médica, amplamente divulgados nos Boletins e promovidos pela instituição. A promoção dos cursos de puericultura visava levar aos lares das famílias brasileiras conhecimentos técnicos sobre maternagem e cuidados infantis, em um período marcado também por altos índices de analfabetismo e pelo acesso precário à saúde básica, sobretudo nos pequenos municípios.

> É indispensável, portanto, através de uma sistemática campanha educativa, lutar contra o terrível mal que é a ignorância, derrubando preconceitos, incutindo noções básicas, orientação, esclarecimentos e conselhos, no sentido de que as crianças possam nascer e crescer sadias e que possam apresentar condignas condições de vida. É a grande finalidade da Puericultura (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 63, janeiro de 1951, p. 32).

A infância e a puericultura foram assimiladas, nas primeiras décadas do século XX, aos discursos de exaltação da pátria e de desenvolvimento e aprimoramento, chamados sadios, da população brasileira, evidenciando "traços de uma orientação eugênica presentes nos discursos acerca do combate à mortalidade infantil" (Silva, 2018, p. 192-193). Nesse contexto, a

questão da infância exigia uma atuação assistencial de caráter abrangente. Para a LBA, era necessário que os hábitos e práticas modernas e higiênicas chegassem a todos os lugares do país, dos mais aos menos "civilizados". Segundo apresentado nas edições do *Boletim*, a Legião estava presente em todo o território, de norte a sul, do litoral às regiões mais interioranas.

Conforme destacado por Silva (2018, p. 78), havia uma significativa aproximação entre a Legião Brasileira de Assistência e a Igreja Católica, demonstrada nos discursos apresentados no *Boletim*, na presença da Ação Social Arquidiocesana em uma das vice-presidências da LBA e na presença de religiosos como membros da Comissão Centro e do Conselho Deliberativo. Além disso,

> Parte do corpo institucional da LBA era formado por senhoras voluntárias, remetendo a tradição católica do engajamento das mulheres de elite em ações filantrópicas. Nesse sentido, frequentemente foram publicados textos no *Boletim* com clara orientação católica, inclusive utilizando decisões e textos papais como suporte e validação para ações legionárias (Silva, 2018, p. 78).

Importante mencionar que, uma das campanhas apresentadas nas edições analisadas do periódico foi a referente à "Semana da Criança", comemorada no mês de outubro, que teria beneficiado – ante a participação da Igreja Católica e suas missões religiosas –, não apenas as crianças das grandes cidades brasileiras, mas também ao "indiozinho ainda jogado às trevas da ignorância e do paganismo" que vive nas florestas brasileiras.

> PELOS PEQUENOS SELVICOLAS
> Não se vá pensar que a chamada "Semana da Criança", que o Brasil inteiro com tanto carinho comemorou no mês de outubro, atinge tão sòmente as grandes cidades do litoral, as capitais de Estado e de Território. Também nossos pequeninos selvícolas beneficiaram dela, porque a Igreja se associou prazeirosamente ao vasto movimento nacional com o seu "Dia das Missões", celebrado em todo o mundo, também no mês de outubro, e durante o qual se arrecadam quantias consideráveis em prol dos habitantes de regiões pouco exploradas. [...] Essas missões acham-se disseminadas sobretudo pelos Estados de Mato Grosso, Goiás, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí. As crianças selvícolas recebem parte considerável através de orfanatos, hospitais, escolas, oficinas, roupas, etc. Vê-se, assim, que êste edificante movimento de solidariedade humana, que está sendo a "Sema-

> na da Criança", também se extende às florestas brasileiras, ao nosso indiozinho ainda jogado às trevas da ignorância e do paganismo. Não nos esqueçamos dêle nestes dias de tão efusivas alegrias, de tantas demonstrações de afeto e carinho pela criança patrícia (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 71, outubro de 1951, p. 8).

Consoante a matéria acima, as missões religiosas estavam disseminadas no território brasileiro, cuja atuação "beneficiava" – de acordo com a lógica civilizatória e assimilacionista presentes nas políticas indigenistas – as crianças "selvícolas", por meio da entrega de roupas, escolas, hospitais, oficinas etc. A LBA, por sua vez, subvencionava tais obras das missões nos territórios indígenas, pois foram os missionários os primeiros – muitas vezes os únicos – a atuarem diretamente nessas áreas.

Entre as edições analisadas do *Boletim da L.B.A.*, os indígenas apareceram pela primeira vez na edição de n.º 69, publicada em agosto de 1951, durante o governo Vargas. Sob o título de "A L.B.A. entre os selvícolas", o texto tratou da assistência promovida pela entidade aos "selvícolas" no Amazonas, que se fazia "diretamente, com organismos próprios", "através dos poderes de Estado", ou "por meio dos organismos religiosos", esses últimos foram destacados com a ênfase na atuação dos missionários, que, segundo *Boletim,* foram os que desenvolveram mais atividades, como "assistência religiosa, ensino elementar e agroprofissional, fixação dos índios ao solo, saneamento e hospitalização". As ações e finalidades dessas missões foram apresentadas em seguida pela LBA, o que ratifica a continuidade das políticas indigenistas anteriormente citadas.

> Reunir o maior número de indígenas, que vegetam nos igarapés mais afastados e misteriosos, onde os dizimam as febres e a mais completa falta de higiene; acostumá-los paulatinamente a viver em contato com os civilizados de cuja presença fugiam para não serem obrigados a longos e exaustivos trabalhos nos seringais, mal remunerados e mal tratados; evitar o pernicioso fracionamento das tribos pela sua reunião em coletividades etnicamente distintas, de conformidade com a origem das tribos e suas preferências raciais; proporcionar-lhes um ambiente propício á civilização pela eliminação de fatôres negativos e mediante a adaptação progressiva de novos hábitos e costumes compatíveis com seu estado primitivo - constitui a finalidade que as Missões colimam, nesse trabalho lento, mas fecundo, destinado a tornar o aborígene um elemento de civilização e relativo progresso. A atuação lenta, mas constante dessas medidas

> fundamentais, integradas paulatinamente por outras iniciativas de mais elevado alcance social, poderão introduzir num futuro próximo elementos estáveis e eficazes para o reerguimento dessa imensa região (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 69, agosto de 1951, p. 10).

Ainda nessa edição, exaltou-se a presença das Congregações Religiosas e a atuação dos missionários na região amazônica, cujas ações foram consideradas como beneméritas, e o Bispo Salesiano D. Pedro Massa[5], considerado como um herói da cruzada, ante a "assistência religiosa, ensino elementar e agroprofissional, fixação dos índios ao solo, saneamento e hospitalização". Na oportunidade, apresentou a seguinte declaração do General Alexandrino da Cunha, enviado para o Amazonas pelo Presidente da República, Getúlio Vargas:

> A influência das Missões Salesianas do Rio Negro é sem dúvida alguma de benemerência patriótica: Barcelos, S. Gabriel, Tacacuá, Jauareté são centros de cultura moral e cívica. Escolas agrícolas, oficinas de carpintaria, alfaiataria, mecânica, sapataria, armam os alunos para a futura luta pela vida. Hoje já se pode afirmar que esta população constitui um elemento de vigilância e do trabalho nesta região fronteiriça. Amanhã constituirá, sem dúvida alguma, um elemento de sua própria segurança, devido à benemérita ação dos missionários Salesianos (*Boletim da L.B.A.* edição n.º 69, agosto de 1951, p. 10).

Isto é, ainda que sob a tutela do SPI, como a legislação indigenista não vedava a presença de religiosos e de seus estabelecimentos nas terras indígenas (sem prejuízo da fiscalização pelos inspetores do Serviço), ainda permaneciam, por exemplo, no estado do Amazonas – sobretudo no seu interior – missões religiosas exercendo "assistência religiosa, ensino elementar e agro-profissional, fixação dos índios ao solo, saneamento e hospitalização dos habitantes daquela região, em que um dos objetivos era preparar os indígenas – em escolas agrícolas e oficinas – para o exercício de profissões" (Peixinho; Santos, 2011, p. 193-194). Tais atividades e obras estavam previstas no Regulamento do SPI, a serem por ele executadas. Porém, segundo o trazido pela LBA em seu *Boletim*, a maioria das atividades e obras voltadas para os povos indígenas na região do Amazonas foram desenvolvidas pelas missões religiosas.

5 Sobre as missões salesianas no Amazonas, a partir da visão do próprio Bispo D. Pedro Massa, consultar a sua obra, disponível em: https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/livros/peloriomar1928/2/.

Houve disputas de poder entre o SPI e as Missões Religiosas pelo controle das populações indígenas, mesmo diante de acordos entre a elite política e a hierarquia eclesiástica. Os conflitos decorriam da oposição do SPI à atuação missionária e da sobreposição de competências, já que o Estado legitimava a presença salesiana junto aos povos indígenas (Costa, 2011, p. 7-8).

A partir dessa edição (n.º 69/1951), foram apresentadas no *Boletim* algumas fotografias dos povos indígenas, com descrições, mas sem autoria e data do registro, carecendo também de demais especificidades. Concordamos com Burke (2004, p. 24, 29) que as fotografias são evidências históricas que registram um ponto de vista, uma visão – que pode ser estereotipada sobre o "Outro" (como nas aqui apresentadas) e têm intenções – de propaganda, por exemplo. Assim,

> desnecessário dizer que o uso do testemunho de imagens levanta muitos problemas incômodos. Imagens são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras o seu testemunho. Elas podem ter sido criadas para comunicar uma mensagem própria, mas historiadores não raramente ignoram essa mensagem a fim de ler as pinturas nas "entrelinhas" e aprender algo que os artistas desconheciam estar ensinando (Burke, 2004, p. 18).

No *Boletim da L.B.A.*, em sua edição n.º 69, de agosto de 1951, intitulada "A L.B.A. entre os selvícolas", foram publicadas, entre outras, as seguintes imagens:

Figura SEQ Figura * ARABIC 1: Fotografia publicada com o título "Índio preparando um balaio". **Figura 2:** Fotografia publicada com o título "Uniforme de gala (Índio Tucano)". Fonte: Boletim da L.B.A., edição n.º 69, de agosto de 1951, p. 10). **Figura 3:** Fotografia publicada com o título "Como os índios chegam à Missão".

Com base nas informações apresentadas no texto e nas imagens, observa-se que se trata de um estabelecimento pertencente às missões salesianas, localizado em Taracuá, no Estado do Amazonas. Ademais, que as crianças indígenas até o contato com as missões viviam nuas, mas que a partir delas começaram a receber roupas e se vestirem; e que a indumentária de um indígena da etnia Tucano foi classificada como "de gala" expressão utilizada a partir de uma perspectiva externa à comunidade.

Em sua edição de n.º 87, o *Boletim* apresentou uma imagem de uma figura central durante a atuação da LBA junto aos "povos civilizados": a mãe. Sempre presente em suas páginas, a mães brasileiras foram muitas vezes consideradas como as responsáveis pelas altas taxas de natimortalidade e mortalidade infantil, o que justificaria que as principais ações da Legião fossem voltadas para elas, a fim de que fossem educadas e recebessem instruções sobre os mais modernos hábitos de saúde e higiene nos Cursos Populares de Puericultura e assistidas nos Postos de Puericultura. Todavia, das setenta e nove edições do *Boletim* aqui analisadas, a referida foi a única que trouxe a figura da mãe indígena:

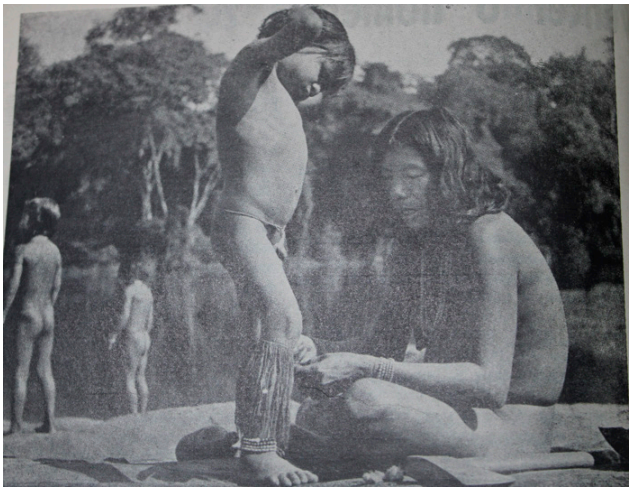

Figura 4: Fotografia publicada com o título "Toilete na selva". Fonte: Boletim da L.B.A., edição n.º 87, julho, agosto e setembro de 1957, p. 14).

A fotografia fora acompanhada da seguinte legenda: "Até mesmo no seio da mata se observa o instinto materno nessa preocupação da mãe em fazer elegante seu filho. Aqui temos uma índia preparando seu bebê para a festa próxima na taba. Esmera-se em apresentá-lo melhor do que o faria a mais exigente das mães. Reparem nisso as da cidade". A descrição da imagem, embora à primeira vista possa parecer um elogio – e talvez até tenha sido essa a intenção – demonstra a visão etnocêntrica, paternalista, idealizadora, estereotipada e reducionista da LBA em relação aos povos indígenas. Na fotografia, observa-se uma mãe indígena que estava preparando o seu filho para uma festa que aconteceria, que estava deixando-o "elegante", com a intenção de apresentá-lo da melhor forma. Todavia, é necessário problematizar essa interpretação, posto que partiu de uma perspectiva externa carregada de valores ocidentais. A LBA usou os seus próprios conceitos de maternidade e estética e os aplicou ao Outro, desconsiderando os significados das indumentárias indígenas para eles, assim como fez em outras descrições. Ademais, conforme trazido por Silva (2018, p. 148), utilizou-se da imagem da mãe indígena para enfatizar que, independentemente da cultura e do meio vivido, todas as mulheres possuem o instituto de zelo pela sua prole, bem como para "orientar e estimular as mulheres da cidade" a fazerem o mesmo: "cuidar com esmero de seus filhos".

3 INFÂNCIAS NAS PÁGINAS DO *BOLETIM DO L.B.A*

As representações das infâncias indígenas nas páginas do *Boletim da L.B.A.* revelam não apenas a forma como o Estado brasileiro e suas instituições percebiam esses sujeitos, mas também os limites e contradições das políticas assistenciais voltadas a eles. Ao abordar tais infâncias, o periódico reproduzia discursos marcados por estereótipos e pressupostos civilizatórios, alinhando-se às diretrizes integracionistas do período e refletindo os projetos de nação então em curso. Na edição n.º 77, de abril de 1952, fora publicada uma imagem de várias meninas indígenas em um serviço agrícola.

Figura 5: Fotografia publicada com o título "Preparando a terra preparando o alimento". Fonte: Boletim da L.B.A., edição n.º 77, abril de 1952, p. 9.

A foto fora publicada com o seguinte texto:

> 130 crianças indígenas adextram-se no trato da terra. Elas mesmas vão aprendendo a comer o pão com o suor de seu rosto. Elas mesmas sacham, adubam, capinam, regam, colhem. Estas nossas pequenas patricias moram bem longe dos centros civilizados, lá em cima, em Jauaretá, Rio Papuri, alto Rio Negro, junto à Colômbia. Até elas chega a ação benfazeja da L.B.A.. Tôdas estas meninas indígenas são internas, tôdas elas recebem educação, alimentos, vestuário, assistência médica e dentária inteiramente gratuitos. Tôdas as horas do dia lhe são distribuídas. A fotografia diz das horas aplicadas aos trabalhos do campo. É a isto que se chama verdadeiramnete assistência (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 77, abril de 1952, p. 9).

O texto valoriza a disciplina do trabalho agrícola como ferramenta de "civilização", apresentando as crianças indígenas como sujeitos em processo de adestramento — termo que, por si só, carrega uma conotação de domesticação e submissão. A ideia de que "aprendem a comer o pão com o suor de seu rosto" reforça uma lógica moralizante e cristã do trabalho como redentor e civilizatório, alinhada aos discursos de integração nacional da época (Arend, 2008; Miranda, 2021). Ao descrevê-las como "nossas pequenas patrícias", o texto tenta incluí-las simbolicamente na comunidade nacional, mas ao mesmo tempo ressalta sua distância dos "centros civilizados", marcando uma alteridade que justifica a ação tutelar da LBA. O documento evidencia como a assistência à infância indígena era atravessada por projetos assimilacionistas, que visavam transformar essas crianças em trabalhadoras rurais integradas à lógica econômica e cultural dominante.

Os internatos religiosos, divididos em masculinos e femininos, estiveram presentes na região do Alto do Rio Negro, no Amazonas, de 1916 a 1989, com o intuito de educarem as crianças indígenas da região, então recrutadas para o ensino primário e, junto com oficinas de trabalho, igreja, maternidade etc. constituíram os "núcleos de civilização", assim denominados pelos missionários (Weigel e Ramos, 1993, p. 286). Ainda segundo os autores, até meados da década de 1960, as crianças indígenas eram ensinadas nos referidos internatos a contar e a ler e escrever em língua portuguesa, e não nas suas línguas nativas, onde também recebiam "ensino religioso e educação para o trabalho", esse com divisão sexual: "para os meninos, agricultura, carpintaria, marcenaria e olearia; para as meninas, cozinha, tricô, bordado e artesanato, embora estas também trabalhassem nas roças dos colégios".

A edição n.º 104, de fevereiro de 1960, trouxe diversas imagens de povos indígenas, a começar pela capa que apresentava duas crianças indígenas (irmãos) abraçadas. Segundo a publicação a fotografia foi tirada depois do retorno de uma delas que fora "raptada pelos brancos". Na primeira página dessa edição é apresentado um texto intitulado "Índios", no qual descreve os povos indígenas como selvagens. Nele, a LBA destacou que a sua ação chegava, mesmo que indiretamente, aos "nossos aborígenes", ressaltando que além da presença do SPI, instituições particulares, sobretudo religiosas, estavam protegendo, educando e preparando os "selvagens" para ingressarem na vida "civilizada".

> ÍNDIOS
> Um dos sinais eloquentes da ampliação das atividades da L.B.A. é o de que hoje, embora indiretamente, sua ação chega aos nossos aborígenes.

> Como sabemos, além do Serviço de Proteção aos Índios, mantido pelo poder público, diversas instituições particulares, predominantemente religiosas, dedicam-se ao trabalho de proteger, educar e preparar grupos de selvagens ao ingresso na vida civilizada.
> [...] A Legião Brasileira de Assistência tem ajudado técnica e financeiramente a algumas dessas missões, ampliando dêsse modo o raio hoje bastante extenso no país de sua ação social.
> Nestas páginas, através de fotografias e informações no texto, o leitor poderá acompanhar as atividades de uma dessas missões religiosas no interior de Mato Grosso, onde se concentram, como todos sabem, numerosos núcleos de população selvagem. Esta missão recebeu assistência da L.B.A., dadas as condições precárias em que se encontrava e os bons serviços que presta (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 104, fevereiro de 1960, p. 1).

Além da já mencionada capa, duas outras fotografias publicadas nessa edição do Boletim da L.B.A. chamam particular atenção por explicitarem a maneira como a infância indígena era representada e disciplinada pelas lentes institucionais. Trata-se de imagens que não apenas ilustram ações pontuais, mas carregam consigo um projeto civilizatório mais amplo, que buscava moldar a infância indígena a partir de referências ocidentais, brancas e cristãs, alinhadas aos ideais de modernidade, progresso e higienização social.

Na figura 06, a presença do café — exaltado como símbolo nacional e de valor civilizacional — é associada ao processo de integração do indígena à lógica econômica e cultural dominante. A imagem do menino indígena, já vestido segundo os padrões impostos pelos missionários, não apenas sugere uma ruptura com os modos de vida tradicionais, mas também antecipa uma cisão identitária. Isso se intensifica quando o Boletim contrapõe, ainda que implicitamente, o consumo do café (e o que ele representa) ao papel do pajé — liderança espiritual, guardião dos saberes ancestrais e elemento central da cosmovisão indígena. O gesto de apresentar o café à criança indígena é, portanto, um gesto de apagamento simbólico de sua cultura originária e de sua possível trajetória como futuro pajé, substituindo-a por uma inserção forçada nos códigos da civilização ocidental.

Sob a ótica da História das Infâncias, isto é, reconhecendo a infância como uma construção histórica e socialmente situada, essa imagem evidencia os mecanismos pelos quais o Estado e suas instituições auxiliaram na produção de uma infância indígena "aceitável", que deveria ser molda-

da desde cedo aos valores dominantes. No caso das infâncias indígenas no Brasil, essa construção se dá muitas vezes pela via da negação: negar o direito de ser criança segundo os próprios marcos culturais, para impor, em seu lugar, um ideal hegemônico.

Figura SEQ Figura * ARABIC 6: Fotografia publicada com o título "Devia ser um dia Pagé, vai agora conhecer as luzes da civilização. – já conhece o café...". **Figura SEQ Figura * ARABIC 7:** Fotografia publicada com o título "Esta indiazinha de Utiaritĺ aprende a servir-se de prato e colher. Está progredindo..." (Fonte: Boletim da L.B.A., edição n.º 104, fevereiro de 1960, p. 3).

A figura 07 reforça esse projeto, agora centrado nas práticas cotidianas de alimentação e higiene. Ao apresentar uma menina indígena "aprendendo a servir-se", o Boletim transforma um gesto comum em um marco do progresso. A naturalidade com que o texto relaciona o uso de talheres e o sentar-se à mesa como elementos do "pleno desenvolvimento infantil" revela um olhar colonizador, que deslegitima as formas indígenas de cuidado, alimentação e socialização. Conforme já afirmado pela própria L.B.A. na edição de 1956, a criança deveria, desde seus primeiros dois anos de vida, ser instruída a se alimentar segundo padrões ocidentais, evitando "o deplorável recurso dos dedos". Essa valorização da autodisciplina como traço civilizatório, atribuída ao ato de "saber servir-se", conecta-se às análises de Norbert Elias sobre os processos de civilização, onde a normatização dos gestos corporais e das práticas íntimas desempenha papel fundamental na constituição dos sujeitos modernos. A imagem da menina indígena, portanto, serve à instituição como prova visual de que o projeto civilizador está

em curso e que seus resultados são mensuráveis no corpo e no comportamento das crianças.

Cabe apontar que no Brasil, as políticas voltadas à infância foram significativamente marcadas por projetos de intervenção moralizante, muitas vezes racializados e atravessados por discursos de tutela, assimilação e apagamento. No caso das infâncias indígenas, isso se expressa com ainda mais força: elas são frequentemente retratadas como carentes, atrasadas ou desviantes — justificando, assim, a ação "salvadora" do Estado e de instituições como a LBA. Desse modo, as fotografias analisadas, longe de serem simples registros documentais, constituem peças discursivas que contribuem para a construção de uma infância indígena idealizada, civilizada e submissa aos parâmetros de uma sociedade branca, urbana e cristã. O protagonismo infantil indígena é apagado em favor de uma narrativa onde o progresso só é possível mediante a substituição das referências culturais originárias por um modelo hegemônico e universalizante.

A LBA seguia divulgando que seu pressuposto era levar a assistência – e, portanto, o progresso – a todo o território nacional, até os interiores mais remotos, o que incluía as comunidades indígenas, por vezes afastadas da chamada "civilização". Era a LBA entrando na selva:

> L.B.A. ENTRA NA SELVA
> DIAMANTINO é uma Prelázia situada em Mato Grosso, no Alto Paraguai. Seis vêzes maior que o Estado do Rio de Janeiro: 250.000 klmsq. [...] em Diamantino já funciona um hospital, dois ambulatórios, um gabinete dentário, dois jardins de infância, um asilo para a velhice desamparadas, duas escolas de corte e costura e duas de bordados, estas últimas a cargo das irmãs (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 104, fevereiro de 1960 p. 2-3).

Como destacado acima, cabia às Irmãs (religiosas)[6] o ensino geral e a formação comportamental de crianças indígenas, como em aulas de corte e costura, como na fotografia publicada a seguir, com meninas indígenas aprendendo a bordar. Observa-se, entre outros pontos, que, enquanto as mães indígenas apareceram e foram mencionadas em apenas uma foto, as religiosas apareceram em três, sendo essas representadas como as responsáveis pela educação e pelo cuidado das crianças indígenas.

6 Para saber mais sobre as tensões iniciais entre o SPI e a Igreja Católica, o medo dessa do avanço da laicização estatal e da perda de espaço nos territórios indígenas; além da ocorrência da "laicidade pragmática" e o contexto da criação das Prelazias, incluindo a em Mato Grosso, ver Marin, 2021.

Figura SEQ Figura * ARABIC 8: Fotografia publicada com o título "As religiosas ensinam pacientemente as pequeninas índias o ofício de bordadeiras". **Figura SEQ Figura * ARABIC 9:** Fotografia publicada com o título "A irmã Jozelia com seus dois pequenos pupilos" Fonte: Boletim da L.B.A., edição n.º 104, fevereiro de 1960, pp. 4-5.

A responsabilidade por encaminhar as crianças indígenas em direção à dita "civilização" também recaía sobre os padres, como enfatizou o *Boletim da L.B.A.* em diversos textos e em fotografias, como uma publicada na mesma edição. Na figura 10, podemos observar dois religiosos e duas crianças indígenas. A legenda nos relata os esforços que são empreendidos para que esses "bugrinhos" alcancem a civilização.

Ainda no texto da edição n.º 104 do *Boletim da L.B.A.*, enfatizou-se que o indígena "aparece na missão inteiramente nu", quando, na verdade, conforme já detalhado anteriormente, o movimento foi o reverso, isto é, as missões que chegaram até ele, e que a partir desse encontrou entendeu-se que havia a necessidade de vesti-lo, de ensiná-lo a se vestir, passar informa-

ções de higiene, bem como "ensiná-lo ao trabalho metódico". O texto ainda detalhou as dificuldades enfrentadas durante as viagens feitas pelo sertão – onde "a miséria é geral" –; a existência de tribos de "índios mansos", "bravos" e ainda não alcançadas; os trabalhos que esses estavam aprendendo a desenvolver a partir da atuação da Missão Anchieta; e a existência de escolas para meninos e meninas – com apenas "alguns pares de professores" – e de hospitais e ambulatórios para os doentes – "nenhum médico, mas uns quantos enfermeiros".

> O índio aparece na missão inteiramente nú. É necessário vesti-lo, mas antes ensiná-lo a vestir-se. É necessário dar-lhe noções de higiene. É necessário ensiná-lo ao trabalho metódico. Um dos padres conseguiu 7.000 cruzeiros de esmolas. Com a importância vestiu 260 crianças maltrapilhas. A viagem pelo sertão é penosa. Leva meses. As onças, os mosquitos, as cobras e as febres espreitam insidiosas. O calor é escaldante. A água é contaminada. Casas não há na selva. Os cavalos recusam-se a marchar após algumas dezenas de quilômetros mato a dentro. A miséria é geral, sobretudo no vale do Xingú, onde há maior número de índios. Há tribos de índios mansos, mas também as há de índios bravos, como os Tapanhumas. E ainda há as tribos que não foi possível alcançar. Os selvícolas já estão aprendendo a fabricar açúcar, rapadura e farinha de mandioca. Usam a serra circular, o moinho de fubá, o descascador de arroz na atafona. Há os que fazem balsas, redes, abrem estradas, constroem casas, criam gado, aram terra. As índias já começaram a fiar e tecer. Extraem borracha, plantam seringais, dedicam-se à fruticultura. MENINOS e meninas frequentam a escola. Os doentes são cuidados em hospitais e ambulatórios.

O trabalho dos missionários nas terras indígenas era considerado "belo" e "heróico" pela LBA, posto que eles, com dedicação e trabalho, e enfrentando desconfortos e dificuldades físicas e financeiras, estavam conseguindo "civilizar" os povos indígenas e torná-los "úteis à Pátria", o que teria justificado que as obras da Missão fossem subvencionadas pela Legião Brasileira de Assistência.

> O trabalho dos missionários é êsse, assim belo. Desbravam a mata e desbravam os homens de modo a fazer dêstes criaturas úteis à Pátria. Transferir uma família do desconfôrto e da promiscuidade da maloca para o bem-estar de uma casa em que ela saiba viver é trabalho heróico. Civilizar é educar. Educar é preparar o indivíduo para a vida. Os missionários

> mantém um pensionato "D. Roque" em Utiariti, onde índios e índias, com os rudimentos da língua pátria e as operações fundamentais de aritmética muito aprendem. Têm algumas horas diárias de aulas. Diamantino é um mundo que dispõe apenas de alguns pares de professores, nenhum médico, mas uns quantos enfermeiros. As Irmãs realizam milagres de dedicação. Os missionários exaurem-se de trabalho. Recursos não há, a não ser os que lhe são mandados do litoral, das grandes cidades brasileiras. É nesta altura que a Legião Brasileira de Assistência desempenha nobremente seu papel. Desde agora, o emblema da L.B.A. é apresentado na Missão Anchieta, nesse fabuloso Diamantino desconhecido. As obras de Diamantino passam a ser subvencionadas pela LBA (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 104, fevereiro de 1960, p. 2,3-6).

Ao abordar nesse trabalho as representações dos povos indígenas, foi utilizado o conceito de representações elaborado pelo historiador Roger Chartier, entendo que representações:

> São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (Chartier, 2002, p. 17).

Desse modo, entende-se as representações como "um conjunto de práticas discursivas, construidoras – e construídas – de determinado universo simbólico, compartilhado pelos sujeitos de um grupo ou de uma coletividade" (Silva, 2018, p. 36). Além disso, buscou-se questionar a forma como as imagens foram criadas e apresentadas, bem como a quem as representações serviram, levando em conta os interesses de quem a produziu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Hoje, os brancos acham que deveríamos imitá-los em tudo. Mas não é o que queremos. Eu aprendi a conhecer seus costumes desde a minha infância e falo um pouco da sua língua. Mas não quero de modo algum ser um deles. A meu ver, só poderemos nos tornar brancos no dia em que eles mesmos se transformarem em Yanomami. Sei também que se formos viver em suas cidades, seremos infelizes. Então, eles acabarão com a floresta e nunca mais deixarão nenhum lugar onde possamos viver longe deles. Não poderemos mais caçar, nem plantar nada. Nossos filhos vão passar fome (Kopenawa; Albert, 2015, p. 75).

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi criada para atuar diante da urgência social causada pelo recrutamento de homens para lutarem na Segunda Guerra Mundial. Todavia, diante da necessidade de assistência no contexto de altas taxas de mortalidade materno-infantil, justificou-se a permanência da instituição, que passou a atuar na assistência à maternidade e à infância, até ser extinta em janeiro de 1995. O recorte temporal do presente trabalho foi do final da Segunda Guerra Mundial até o Golpe Militar de 1964.

Esta pesquisa buscou evidenciar a importância de se pensar a infância como uma construção histórica e socialmente situada, marcada por disputas simbólicas e políticas. No caso da atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), observa-se que o discurso assistencial direcionado às infâncias indígenas esteve profundamente imbricado em um projeto de nacionalização e homogeneização cultural, que se apoiava em ideais de progresso, civilização e modernidade.

Ao longo das edições do *Boletim da L.B.A.*, entre 1946 e 1964, fica evidente que a infância indígena foi representada não como portadora de uma cultura própria e legítima, mas como uma etapa transitória a ser superada rumo à integração na sociedade "civilizada". Termos como "selvícolas", "pequenos selvagens" ou "indiozinhos jogados às trevas da ignorância e do paganismo" revelam não apenas o olhar etnocêntrico da instituição, mas também a função pedagógica e disciplinadora atribuída à assistência: a de moldar corpos e mentes infantis segundo padrões ocidentais de saúde, higiene, alimentação e religiosidade.

A história das infâncias, especialmente quando voltada às infâncias subalternizadas — como as indígenas —, permite desnaturalizar as políticas públicas que atuaram (e muitas vezes ainda atuam) sob o manto do cuidado e da proteção. No caso da LBA, a puericultura, os internatos reli-

giosos, a doação de roupas e alimentos, e os cursos profissionalizantes tinham, como pano de fundo, a assimilação cultural. A infância indígena era, assim, um campo estratégico para o exercício do controle estatal e missionário, mediado por representações que apagavam as singularidades étnicas e produziam imagens idealizadas de crianças "em progresso", prestes a se tornarem "bons cidadãos".

Apesar de se apresentar como uma instituição de assistência e solidariedade, a LBA operava em estreita sintonia com os valores do Estado e da Igreja Católica, legitimando, por meio do discurso e da prática, a tutela sobre os povos indígenas e a imposição de normas ocidentais sobre suas infâncias. A quase completa invisibilidade das mães indígenas nos boletins — quando comparadas à centralidade da figura materna nas ações voltadas às populações não indígenas — reforça o caráter colonizador dessa assistência, que priorizava instituições religiosas como guardiãs da infância indígena, desconsiderando os modos próprios de cuidado e educação dessas comunidades.

Ao refletir sobre a atuação da LBA junto às infâncias indígenas, este trabalho espera poder contribuir para o campo da história das infâncias e para o entendimento das múltiplas formas pelas quais o Estado e seus parceiros (como missões religiosas) intervieram nos modos de viver e ser criança no Brasil. Mais que um recorte temático, o estudo das infâncias indígenas evidencia um ponto nevrálgico das políticas de assimilação: a infância como lugar privilegiado de disputa por futuros possíveis.

Pensar essas infâncias, portanto, é também um gesto de resistência à sua captura por narrativas homogêneas, e uma convocação à valorização da diversidade de formas de existir e educar no território brasileiro.

REFERÊNCIAS

Legislação

BRASIL. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil de 1916. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm#art147. Acesso em: 08 maio 2025. Acesso em: 08 maio 2025.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937.

Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituiçao46.htm. Acesso em: 29 março 2025.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 dez. 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 25 abril 2025.

Decreto n.º 5.484, de 27 de junho de 1928. Regula a situação dos indios nascidos no territorio nacional. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html. Acesso em 08 de maio de 2025.

Decreto n.º 24.700, de 12 de julho de 1934. Transfere do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o da Guerra o Serviço de Proteção aos Índios e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24700-12-julho-1934-519729-publicacaooriginal-80372-pe.html. Acesso em: 05 de junho de 2025.

Decreto n.º 736, de 6 de abril de 1936. Aprova, em caráter provisório, o Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-736-6-abril-1936-472619-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 05 de junho de 2025.

Bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva. O Processo Econômico. In.: CUNHA, Manuela Carneiro (org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. FAPESP, 1992.

AREND, Silvia. M. F. Legislação menorista para o trabalho: infância em construção (Florianópolis, 1930-1945). Caderno Espaço Feminino, jul. 2008. v. 17, n. 01.

BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. A infância como objeto da história: Um balanço historiográfico. Revista Angelus Novus, São Paulo, Brasil, n. 10, p. 15–40, 2016.

BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos: revisão técnica por Daniel Aarão Reis Filho. EDUSC, Bauru/SP, 2004.

CHARTIER, Roger. História cultural: entre práticas e representações. 2ª edição. Lisboa: Difel, 2002.

COSTA, Mauro Gomes da. Os povos indígenas do Alto Rio Negro/AM e as missões civilizatórias salesianas: evangelização e civilização. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH; São Paulo, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no século XIX. In.: CUNHA, Manuela Carneiro (org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. FAPESP, 1992

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: volume 1. Rio de Janeiro, Editora Zahar,1994.

ESCOREL, Sarah; TEIXEIRA, Luiz Antônio. História das políticas de saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimentismo populista. In.: GIOVANELLA, L. et al. (org.). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2ª ed, 2012.

GOMES, Angela de Castro. Olhando para dentro: 1930-1964. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lilia Moritz Schwarcz. Volume 4. Editora Objetiva. 2013.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Serviço de Proteção aos Índios (SPI). 2025.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KUBITSCHEK, Juscelino. Meu caminho para Brasília. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2020.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Sobre Tutela e Participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI. Documenta. MANA 21(2): 425-457, 2015.

MARIN, Jérri Roberto. A Santa Sé e o serviço de proteção ao índio: as disputas entre a igreja católica e o estado pela tutela e gestão das populações indígenas. História (São Paulo), v. 40, 2021.

MIRANDA, Humberto. S. "De tabica em punho aplicou-lhe várias bordoadas": crianças e (in)justiças do mundo do trabalho na década de 1930. Anos 90, [S. l.], v. 28, p. 1– 13, 2021.

MISSIONÁRIOS SALESIANOS. Pelo Rio Mar: Missões Salesianas do Amazonas. Rio de Janeiro, 1933. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio:salesianos-1933-rio/peloriomar00unse.pdf. Acesso em: 09 de junho 2025.

NASCIMENTO, José Almir do; SILVA, Anderson Rafael L. da (org.). Infâncias: Textos e Contextos. Petrolina: Oxente, 2022.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; BRINGMANN, Sandor Fernando. O Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas: o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo entre os Kaingang da IR7. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 5, nº 10, dezembro de 2013.

PEIXINHO, Ana Teresa; SANTOS, Clara Almeida. 1910-2010: Comunicação e educação republicanas. Coimbra: Coimbra University Press, 2011.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Bruno Sanches Mariante da. Assistência e Modernidade nos Boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945 – 1964). Tese de Doutorado. UNESP; Assis, 2018.

WEIGEL, Valéria Augusta; RAMOS, José Ademir. O processo educativo dos internatos para os índios do alto do Rio Negro – Amazonas. In.: SEKI, Lucy (org.) Linguística Indígena e Educação na América Latina. Editora da UNICAMP; Campinas, 1993.

Recebido em: 30/06/2025
Aceito em: 21/12/2025